
PEQUIM – Discussões do GAC sobre a Proteção das OIG
Sábado, 06 de Abril, 2013 – 16:45 to 17:45
ICANN – Pequim, República da China

PRESIDENTE DRYDEN: Por favor, dirijam-se aos vossos lugares para começar a sessão seguinte.

Peço que se dirijam aos vossos lugares.

Vou fazer uma nova tentativa. Peço, por favor, que ocupem os vossos lugares. Ainda temos algumas sessões que cobrir antes de terminar. Por este motivo, quanto mais tempo demorarem, mais tempo demorará a sessão a terminar. Parece que funcionou pois já se encontram todos sentados.

Para a sessão de hoje vamos tratar da Proteção das Organizações Intergovernamentais (OIG), em especial, a rodada atual para o segundo nível e também, claro, temos uma reunião aberta. Na ordem do dia para esta parte do temário colocámos a proteção para o Comité Olímpico Internacional (COI) e Cruz Vermelha. Necessitamos de discutir este tema e não sei quais serão os temas neste sentido, contudo chegaram cartas ou foram disponibilizadas a respeito da proteção para o COI e Cruz Vermelha. Deste modo, quero ter a certeza que não há nada que fique pendente ou que tenhamos que atualizar esta semana a respeito destes temas. O primeiro ponto é o da Proteção para as OIG pelo que vou fazer o maior esforço para dar um panorama geral do ponto em que nos encontramos e para lembrar também a todos esta questão. Considero

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

que seria útil começar um diálogo referente a este tema e o estado actual. Estão presentes algumas OGI que faziam parte da coligação das OIG e que trabalham com o GAC e que espero que possam participar e fazer as suas contribuições.

Devem recordar-se que o GAC emitiu várias coisas para o conselho, recentemente. Agora estamos a falar da protecção de nomes e abreviaturas das OIG num segundo nível, na segunda rodada. Sendo que juntamente com uma carta que confirma tudo isso, houve também um rascunho de critérios. Não diria rascunho mas uma lista de nomes e abreviaturas de OIG e como resposta no dia 1 de Abril, recebemos uma comunicação do conselho para o GAC que ficou disponível na passada manhã de quinta-feira. Temos cópias disponíveis. Se não receberam a versão impressa temos aqui outras cópias. Resumindo, o conselho aceitou receber a assessoria do GAC e aceita alguns comentários da nossa parte respeitantes a este ponto, pelo que gostariam de ter uma resposta mais formal que nós possamos dar sobre este tema, durante esta semana aqui em Pequim.

Foram delineados aqui três pontos. O primeiro faz referência à situação dos critérios que oferecemos ao conselho, e ao facto de que não demos a assessoria nos idiomas que deverão estar protegidos. Penso que está apenas em Inglês e a lista também apenas em Inglês. Em segundo lugar, os critérios fazem referência à delegação anterior de qualquer domínio de nível superior e à rodada de novos gTLD. Este ponto está relacionado com o futuro e como serão aplicados os critérios no futuro e também as siglas para as quais há algum tipo de reclamação para quem concorre com outros. Aqui o problema não é tanto em respeito aos nomes que estão na lista mas com as siglas que estão vinculadas com esses nomes.

Vamos ter a oportunidade de discutir todos estes pontos com o conselho. Não sei se têm alguma pergunta ou alguma questão que queiram apresentar ao conselho. Talvez este seja o melhor momento para que dêem uma resposta mais formal à assessoria que nós entregámos.

Nesta altura temos alguns especialistas sentados na mesa que estiveram a trabalhar a respeito deste tema e talvez queiram fazer algum comentário. Convido os membros do GAC a fazer as suas intervenções e aos representantes das OIG, que façam também os seus comentários, pois isso poderia ser útil. Vou olhar em volta para ver se alguém se quer manifestar ou fazer algum comentário. A Comissão Europeia.

COMISSÃO EUROPEIA:

Obrigado. Eu não tenho muito a dizer porque em primeiro lugar gostaria de ouvir a coligação das OIG, que na minha opinião, fizeram um trabalho maravilhoso. A carta em si é muito clara. No que respeita aos idiomas espero que possamos discutir este assunto para decidir que idiomas deveremos cobrir, se só em Inglês, se também das Nações Unidas ou da União Europeia onde temos 23 idiomas oficiais. Talvez isso seja demasiado. Contudo, devemos discutir todos estes assuntos aqui. Em relação às siglas, prefiro não fazer qualquer comentário porque gostaria de ouvir o que os outros têm para falar. Muito obrigado.

PRESIDENTE DRYDEN: Obrigado. Seria bom falarmos da questão das siglas e dos idiomas em particular. Estou à procura de alguém. Estados Unidos, sim.

ESTADOS UNIDOS: Obrigado, Sra. Presidente.

Considero que fosse benéfico ouvir a reacção do grupo de OIG se fosse possível, porque isso daria uma ideia de como deveríamos proceder. Pessoalmente acho que a resposta do conselho é muito responsável e o formato é muito claro. Eu não sei se na terça-feira teremos as respostas concretas para todas as perguntas, mas penso que poderemos ter um resultado preliminar – a partir deste intercâmbio preliminar. Porque, para mim a questão dos idiomas também está relacionada com o tempo que levará a criar uma lista que reflecta todos os idiomas que os OIG e que o GAC considerem adequados. E como seria essa lista e qual seria a sua extensão? Acho que deveríamos estar cientes de todos esses factores porque novamente dispomos de muito pouco tempo. A janela é limitada e realmente, do ponto de vista prático, gostaria de saber o que significa fazer essa lista e quanto tempo temos. Porque considerar cada um dos nomes propostos e a protecção para esse nome e para todas as siglas da lista. Teríamos que ver exactamente o que são. De uma perspectiva prática não podemos procurar a protecção para uma coisa que tratamos ao nível filosófico. A lista tem que ser uma lista real e temos que ver a extensão dessa lista. Quão extensa poderá ser? Gostaria de ter uma ideia.

Eu vou parar aqui porque a apresentação da OIG e das suas reacções iniciais serão de muita utilidade para todos. Muito obrigado.

PRESIDENTE DRYDEN: Obrigado Estados Unidos.

Posso convidar os senhores a fazerem as apresentações. Obrigado.

ALEXANDRA NOSOV: Sim, sou Alexandra Excoffier-Nosov. Estou aqui com David Roache-Turner do WIPO. Obrigado, em especial à presidente, por tratar esta lista e os nossos critérios e transmiti-los ao conselho.

Entendemos a partir do comunicado de Toronto, da resolução do conselho, da resposta ao comunicado de Toronto e às comunicações com o conselho, que querem uma lista fornecida pelo GAC, com uma série de critérios objectivos. As OIG receberam como vocês, no dia 1 de Abril, uma resposta do conselho que listava os três pontos onde solicitava esclarecimento.

Do ponto de vista das OIG, os dois primeiros precisam de esclarecimento, porque a questão dos idiomas ficou aberta.

O segundo ponto está relacionado com a revisão, e para as OIG, acharam que iria ser uma pergunta válida.

O terceiro ponto a respeito de reclamações que concorrem entre si, isso nos surpreendeu muito – essa foi a nossa reacção. Porque que estamos a regredir em relação ao comunicado de Toronto. O que eles consideram reclamações que competem entre si, são entidades que têm siglas semelhantes ou idênticas, e isso já era conhecido, não é uma novidade. Este tipo de reclamações que concorrem entre si podem estar na lista de nomes reservados, pode estar relacionado com os códigos do

país ou com os nomes da ICANN ou com o Comitê Olímpico. Contudo, em Toronto, o GAC disse que havia um interesse de política pública em proteger os nomes e as siglas das OIG. Isso foi confirmado na resolução do conselho e também na resposta ao GAC. O interesse público tem que prevalecer por cima de outros interesses – os comerciais por exemplo, entre outros.

Estamos surpresos porque alguém fez uma pesquisa. Eu não digo que não sejam válidas as reclamações, mas se foram investigadas essas reclamações, porque é que o conselho utiliza o seu tempo para fazer isto. Posto isto, as OIG não estão preocupadas com o uso indevido de nomes ou com a confusão com os nomes e siglas. Não temos intenção de impedir o avanço de usos que não estão em conflito pela mesma sigla. Por isso, o documento de critérios que o GAC, a presidência do GAC forneceu, os nomes e siglas das OIG não devem ser registados a menos que haja consentimento das OIG. E com certeza que não vamos bloquear qualquer pedido legítimo de uma sigla que seja semelhante a outra. Esta seria a nossa posição e sempre foi. Intendemos que isso seria o trabalho do GAC e o que quis dizer o GAC quando entregou a lista ao conselho. Esperamos então que o GAC continue a apoiar-nos e que apoie a sua própria assessoria. Muito obrigado.

PRESIDENTE DRYDEN:

Obrigado pelos comentários. Gostaria de saber se há algum outro membro do GAC que queira fazer um comentário. Passo a palavra aos Estados Unidos. Muito obrigado.

ESTADOS UNIDOS:

Muito obrigado. Estou bastante familiarizada com o registo dos.int e os processos relacionados, e a ICANN também. O facto de que muitos desses nomes, actualmente, sejam aptos e registados sobre.int, não dão lugar a perguntas e a questões. Quanto às reclamações em conflito e que concorrem entre si,.int é bem compreendido mundialmente para fazer referência a organizações internacionais, ou seja, aí não há conflito possível nos espaço dos nomes de domínio. Isto é como eu interpreto. Pelo menos é a minha interpretação em relação à vossa pergunta. É relativamente fácil ver onde pertencem essas cadeias de características que concorrem entre si, porque esse é o espaço ao qual pertencem. Esta não é uma pergunta relacionada com a Igreja Cristã, não, não está relacionado.

Estamos à procura de encontrar proteção para esses nomes em cada um dos novos nomes de domínio de primeiro nível. Temos este tipo de orientação de que este é somente para as organizações internacionais. Talvez tenhamos que aplicar um pensamento criativo. Não tenho respostas mas sim perguntas. E faço estas perguntas como que para provocar algum debate.

Poderemos considerar uma série de opções. Eu vou referir uma coisa que a Alexandra disse, que concorrem nestas outras listas. Na lista da ISO3166, não há esse tipo de conflito..us é.us..fr é.fr para a França, ou seja, não há concorrência. São três letras, mas se estão na nossa lista, o GAC já conseguiu o acordo da ICANN para protege-las. Ou seja, isso já existe, este tipo de proteção.

O problema que temos, se percebi bem, CAN não é problema porque já está numa lista pré-existente. Pelo que, temos que ser criativos para ver

como podemos implementar a lista para a qual estamos à procura de proteção. Esta é a minha perspectiva. Apenas deixo esta pergunta. Eu não tenho ideia se é possível. Mas se se considerarem outros idiomas para estas siglas, ajudaria se estes fossem apresentados num outro idioma? Por exemplo, OECD é OECD em.int, ou seja, ajudaria se estivesse num outro idioma. Se se apresentasse um idioma alternativo, porque as organizações já o utilizam. Isso seria útil. Isso seria a pergunta que eu apresento aqui. Eu gostaria de conhecer a sua ideia a respeito dos idiomas e do tempo de revisão para o trabalho. Obrigado.

PRESIDENTE DRYDEN:

Obrigado ESTADOS UNIDOS.

Algum outro membro quer fazer algum comentário? Ou se a OCDE ou OIG querem responder a este comentário?

ALEXANDRA NOSOV:

Sim, obrigado. Nós gostaríamos de ser criativos. Entendemos que o conselho já falou nos nomes dos países. Isto dito, entendemos que talvez pudessem considerar os nomes das OIG menos importantes que os nomes de país. Mas, há uma assessoria sim por parte do GAC e que está relacionada com uma política de interesse público. Ou seja, além de proteger o nome de países semelhante aos próprios termos da ICAN do Comité Olímpico Internacional e a Cruz vermelha.

Podemos ser criativos. Se existir um processo de consentimento que talvez possa ser um pouco esclarecido de forma semelhante como acontece com os nomes de país. Talvez esse seja o caminho a seguir.

O que disse a respeito de que uma sigla ou acrónimo esteja numa língua diferente, os que se apresentam são os que utilizam são as organizações em si. Os principais que utilizam são as organizações em si. É uma solução um pouco mais difícil. Se começarmos a falar de como fazer uma proteção diferente dos idiomas, provavelmente teremos todas essas siglas. Mas não podemos saber, necessariamente quais as reclamações que entram em conflito. A não ser que alguém se dirija ao ICANN ou faça uma pesquisa no Google. Contudo, não pode haver garantias de que o que se encontra é a única coisa que existe. O que está relacionado com os nomes do ICANN por exemplo, nome de país. Mas considero que podemos continuar a falar e abrir o debate respeito do que falámos anteriormente. De que pode ser bom trazer estas sugestões e poderão haver outras. Podemos fazer um *brainstorming* entre todos para ver qual a decisão final. Obrigado.

PRESIDENTE DRYDEN: Obrigado. A Dinamarca é a seguinte.

DINAMARCA: Obrigado, presidente. Obrigado também à OCDE pelos seus pensamentos.

Acho que não deveríamos começar todo um diálogo sobre reclamações concorrentes. Deveríamos voltar para a base que é a proteção das OIG. Este é um processo que iniciei quando discutimos a proteção da Cruz vermelha e da OIG. Estamos a tentar desenvolver uma lista de critérios objectivos e baseada nisso. Esse é o objectivo aqui. Não deveríamos pensar que e também será complicado começar toda uma discussão

sobre reclamações concorrentes pois o objectivo é a proteção das OIG.
Obrigado.

PRESIDENTE DRYDEN: Obrigado Dinamarca. Portugal, por favor.

PORTUGAL: Obrigado. Só para dizer algo sobre esta questão das reclamações em concorrência. Considero muito lamentável. Porque em relação à IOC, se pesquisarmos no Google, vemos uma inversão de controlo. Intergovernmental Oceanográfica Comissão, Instituto de – é exactamente isto. Pelo que, se começarmos a trabalhar da mesma forma é exactamente o mesmo para as OIG. Se o conselho tiver um problema deveríamos debater de outra forma, pois esta forma não é muito diplomática. Obrigado.

PRESIDENTE DRYDEN: Obrigado Portugal. Tenho o Irão, a Comissão da União Europeia e a Suíça.

IRÃO: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Pelo que entendemos.int foi a lista de organizações internacionais protegidas. Por exemplo a Telecomunidade da Ásia Pacífico não está nessa lista pelo que não percebemos se está nessa lista ou não.

Outra pergunta é o ponto referido pela OCDE, não deveríamos iniciar o debate sobre a questão de traduzir os acrónimos em diferentes idiomas. Deveriam aparecer os sempre os mesmos acrónimos sem traduzir para outros idiomas. Por exemplo, não devemos traduzir CEPT em diferentes idiomas. CEPT é um acrónimo Francês relacionado com telecomunicações. Não deveríamos começar com Comunicação Postal em Comissão Europeia. Obrigado.

PRESIDENTE DRYDEN: Obrigado Irão. Comissão da União Europeia.

COMISSÃO EUROPEIA: O que tencionava dizer já foi mencionado pela Dinamarca e por Portugal. Devemos concentrar-nos em duas questões para discutir. Primeiramente, devemos discuti-las aqui e depois com o conselho. O Irão também nos disse algo relacionado com os idiomas que vamos tentar proteger. Obviamente, a outra questão tem a ver com a relação da lista e o prazo de três anos. Esta lista que surgiu, a terceira lista, não acho que deva ser discutida. Pois considero que não estou a exagerar quando digo, com muito respeito, que quando comparamos um Escritório de Patentes Europeia com uma cantora Japonesa, não estou a acompanhar o que está a ser feito aqui. Estamos muito longe do que foi a assessoria do GAC e à resposta que o conselho ofereceu. Realmente não consideraria a última parte da carta. Obrigado.

PRESIDENTE DRYDEN: Obrigado. Agora a Suíça.

SUÍÇA:

Muito obrigado, Sra. Presidente. Em primeiro lugar, obrigado a todos os que trabalharam sobre esta questão, pois foi muito complexa. Todos temos realizado avanços. A tarefa do GAC e das OIG já foi cumprida de acordo com o que foi requerido para apresentar os critérios e a carta. Acho que foi um bom trabalho nesse sentido a respeito das perguntas formuladas pela ICANN. Também concordo que devemos concentrar-nos nas duas primeiras perguntas pois elas são de facto pertinentes e deveríamos deixar todas as outras questões de lado.

A proposta dos Estados Unidos em relação aos idiomas, acho que é válida, pois se existem algumas organizações que trabalham em diferentes idiomas em que as siglas ou os nomes são igualmente importantes. A OCDE tem dois idiomas, e nesse caso deveremos usar os dois acrónimos e incluí-los na proteção. As Organizações das Nações Unidas podem ter no máximo seis.

Deveríamos fixar um critério objectivo a respeito dos idiomas. Se aceitarmos algo em linha com a proposta dos Estados Unidos, que está relacionado com os idiomas, talvez possamos discutir isso no futuro e deixar isso para uma revisão no futuro, que não seria muito difícil. Deste modo concluiríamos quem beneficiaria com a proteção.

Algo que não ficou muito claro foi a proteção em si mesma. Há um direito de veto, ou ficarão estes nomes bloqueados. Não sei se haverá discussão sobre este assunto, ou se será uma decisão da ICANN. Pelo que gostaria de saber o que significa essa proteção. Quanto aos outros

assuntos, acho que está muito bem feito e estou satisfeito com o resultado. Obrigado.

PRESIDENTE DRYDEN: Obrigado Suíça. No último ponto pediria aos membros do GAC que se tiverem alguma resposta, que a apresentem. Se não for o caso, que tenham presente a resposta quando o conselho se reunir para que possamos perguntar algo a esse respeito. Alguém levantou a mão aqui. OIG por favor.

DAVID ROACHE-TURNER: Obrigada senhora presidente, quanto à sugestão feita pela Suíça aos EU, eu acho que a perspectiva de proposta prática da Suíça tem a ver com a questão dos idiomas e que seria possível trabalhar sobre essa base quando as OIG então pudessem qualificar para protecção dos nomes e acrónimos noutros idiomas com que trabalham especificamente, hoje com o máximo de 6 que são os idiomas utilizados pela UN.

Um outro aspecto é recordar que os termos de assessoria do GAC para o conselho foi a proibição para que o registo de terceiros ou que terceiros pudessem registar os nomes das OIG e as suas siglas, e obviamente a utilização desses nomes e domínio só pudesse ser feito pela OIG especificamente como comentou Alexandra. Deve existir a capacidade da OIG para consentir a utilização por parte de terceiros enquanto a proposta de funcionamento do mecanismo de como se deve dar a notificação e há um precedente que foi debatido com os respectivos países e territórios. São os governos aqueles que devem dar autorização para utilizar esses nomes e acreditamos que isso poderia

ser adaptado de maneira semelhante para termos o consentimento apropriado das OIG e que também exista uma notificação dessa proposta através talvez do centro de informação e protecção de marcas.

PRESIDENTE DRYDEN:

Obrigado, isso é útil, muito útil para o debate. Mais algum comentário ou pergunta dos membros do GAC sobre essa questão?

Porque acho que surgiram novas ideias sobre como debater ou lidar com a questão de idiomas e nomes e acrónimos com a proposta em que o número máximo de versões de acrónimos seja 6, e aqueles que utilizam as organizações na prática. Também uma questão sobre mecanismos específicos OIG poderá utilizá-los ou em base os mecanismos já implementados deverão dar a autorização a terceiros para poder utilizar o acrónimo da OIG. Vejo que ninguém mais pede a palavra, então peço que pensem um pouco acerca dessa questão. Vamos reunir-nos com o conselho na terça-feira e talvez tenhamos elaborado para terça-feira mais ideias que possamos então ajudar a comunidade também a esse respeito e que lembremos todos esses aspectos, pontos e questões para serem apresentados perante o conselho. Como disse antes o seguinte ponto proposto era falar ou pelo menos ver se deveríamos debater ou ver mais alguma coisa a respeito e isso tinha a ver com as protecções do COI e da Cruz Vermelha. Aqui estou um pouco perdida porque isso não é algo em que eu seja especialista mas pelo que li no passado, os Estados Unidos e o Reino Unido, especificamente, tinham feito um trabalho. Há alguma coisa que gostariam de destacar para os colegas do GAC. Sim, vejo aqui que

ambos os representantes querem a palavra. Quem quer começar dos dois, Estados Unidos? O Reino Unido está procurando aqui as notas.

ESTADOS UNIDOS:

Obrigada para os colegas que estão aqui presentes e que não puderam participar num dos telefonemas preparatórios ao GAC, eu não lembro quando foi isso, mas eu acho que nós aqui colocámos essa questão para a ICANN, se eles poderiam esclarecer o estado de redacção do contrato ou na revisão do contrato de registo. Acho que foram 6 semanas ou 1 mês talvez, não lembro, peço desculpas. Se pudéssemos observar a versão com as alterações marcadas, essa versão tinha alguns cabeçalhos relacionados com as posições do COI e da Cruz Vermelha. Fizemos uma pergunta porque a redacção parecia um pouco vaga, pelo que eu entendo foi a resposta que recebemos, ou pelo menos o que eu entendi da resposta do pessoal da ICANN. Se eles estão aqui na sala por favor me corrijam, mas o que eu entendi é até que a GNSO aprovasse as recomendações, e eles estão num processo de desenvolvimento político, e até o conselho dar essas recomendações, as resoluções do conselho sobre a protecção de nomes para o COI e a Cruz Vermelha continuariam em vigor, portanto houve várias dessas resoluções para continuar. Para termos presente, acho que na resposta do conselho para o comunicado do GAC em Toronto, o conselho acredita que a monitorização e protecção para serem implementados por todos os gTLDs e não estou falando dos novos, mas eles são todos, não é uma questão apropriada para a GNSO. Pelo que o conselho reconheceu esse facto e me disseram que existem expectativas de que o grupo de acção do PDP vai levar isso em conta. Especificamente se proceder ao particular processamento de políticas, ainda não gerou um relatório de

consensos e portanto é um pouco precoce para o conselho tomar mais alguma acção a respeito porque não tem nada sobre o qual agir.

Quando essa recomendação do grupo GNSO existir então um conselho segundo o estatuto da ICANN deverá considerar a assessoria do GAC para decidir se aceita ou não, ou se adopta ou não, as recomendações e políticas da GNSO. Isso faz com que eu deva sugerir que talvez precisemos marcar tudo isso como para depois poder confirmar exactamente as proteções antes da delegação de novos gTLDs, ou pelo menos confirmar que daqui para a frente os novos gTLDs, essas proteções vão ser aplicadas, tanto para a Cruz Vermelha COI quanto para OIG. Dependendo dos resultados do PDP que ainda desconhecemos. Portanto acho que o GAC deve marcar isso na troca com o conselho na próxima terça-feira, mas obviamente vou ouvir outras opiniões, se é que elas não concordam com as minhas opiniões, obrigado.

PRESIDENTE DRYDEN:

Pergunta se o Reino Unido tem alguma coisa a adicionar.

REINO UNIDO:

Como indicou os Estados Unidos, a redacção do texto do acórdão do registo proposto soa um pouco incerto. Inicialmente fala sobre reservar os nomes do COI e a Cruz Vermelha no segundo nível quando de facto o que estamos à procura é um esclarecimento absoluto de que esse nomes estarão reservados no segundo nível para a primeira rodada. Esse é um dos pontos que eu gostaria de mencionar e que eu acho que deveríamos estabelecer.

O texto para citar é que os seguintes nomes serão reservados inicialmente no segundo nível do TLD. Quanto a nós, isso não é suficientemente absoluto e gostaríamos que essa palavra inicialmente seja eliminada e que esses nomes devam ser reservados na primeira rodada porque isso também poderia unir-se com o facto de que começaríamos já a ter os primeiros gTLDs ainda este mês, isso está por acontecer. Então o acórdão de registo deve ser absolutamente claro nesse ponto de que esses nomes estão protegidos. Obrigada.

PRESIDENTE DRYDEN:

Obrigado Reino Unido. Acho que temos outra pergunta para o conselho na terça-feira. Muito bem, não vejo nenhuma outra solicitação de intervenção pelo que acho que podemos concluir por aqui. Estamos bem na hora, 15 para as 6, essa é a hora que temos programada para finalizar a sessão hoje. Agradeço a todos os representantes das OIG, pelos seus comentários, feedback e pela questão da protecção de nomes das OIG.

LÍBANO:

Eu gostaria de assegurar-me que realmente percebi o resultado dessa última discussão, e que se o que esse comité diz é que deveríamos fazer força para assegurar-nos que esses dois nomes estejam protegidos, é assim? Está correcto?

PRESIDENTE DRYDEN:

Sim.

